

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 61/1996 de 4 de Abril

Considerando que, pela Resolução n.º 90/90, de 3 de Julho, foi autorizado o lançamento do concurso público da empreitada de pavimentação e remodelação da ER-1-1. entre Vigia de Feteiras e Ginetes - ilha de São Miguel;

Considerando que, pela Resolução n.º 205/95, de 21 de Dezembro, foi autorizado o lançamento do concurso público da empreitada de construção da Estrada Regional de ligação Ponta Delgada - Capelas - 1.º sublanço - ilha de São Miguel;

Considerando, por outro lado, que pela Resolução n.º 214/95, de 28 de Dezembro, foi autorizado o lançamento do concurso público da empreitada de construção da envolvente à Ribeira Grande - trecho 1 - ilha de São Miguel;

Considerando, finalmente, que a execução daquelas empreitadas se irá realizar em simultâneo, bem como a dimensão e complexidade das mesmas, com uma extensão global de pavimentação de 18 Km, mostra-se conveniente adquirir, a uma empresa da especialidade, a prestação de serviços, no âmbito do planeamento, coordenação e fiscalização.

Assim, ao abrigo do disposto nos artigos 7.º, 8.º, 31.º, alínea a), e 32.º, alínea a>, todos do Decreto-Lei n.º 55/95, de 29 de Março, conjugados com a alínea g) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/95/A, de 6 de Fevereiro e, ainda, nos termos da alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo resolve:

- 1 -Autorizar a abertura de concurso público internacional, para adjudicação da prestação de serviços de Planeamento, Coordenação e Fiscalização das Empreitadas a seguir discriminadas.
 - a) Empreitada de pavimentação e remodelação da ER 1 - 1.ª entre Vigia de Feteiras e Ginetes - ilha de São Miguel;
 - b) Empreitada de construção da Estrada Regional de ligação Ponta Delgada e Capelas -1 sublanço - ilha de São Miguel;
 - c) Empreitada de construção de envolvente à Ribeira Grande - Trecho 1 - ilha de São Miguel
- 2 -O preço base da adjudicação referida no número anterior é de 60000000\$, acrescidos de IVA, e pelo prazo de dezoito meses.

Aprovada em Conselho, Santa Cruz, Graciosa, 26 de Março de 1996.- O Presidente do Governo,
Alberto Romão Madruga da Costa.